



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

SECRETARIA SOLICITANTE: Secretaria Municipal de Finanças
EMAIL: financas@camponovodoparecis.mt.gov.br
TELEFONE: (65) 3382-5144
SECRETÁRIO (A): Odila Cecília Roberto
RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO ETP: Valéria Rozette Vicente Gomes.
SOLICITAÇÃO DE DESPESA Nº: 12/2026
FONTE DE RECURSO:
(X) RECURSO PRÓPRIO
() CONVÊNIO

1. INTRODUÇÃO

1.1 O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade abaixo especificada. O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

2. OBJETO DE ESTUDO

2.1 Contratação de empresa especializada em serviço de treinamento e capacitação profissional no 1º Seminário de Contabilidade Pública será uma imersão prática desenhada para atacar essas dores específicas, oferecendo ferramentas e conhecimentos para que os profissionais possam elevar a qualidade, a transparência e a segurança jurídica das prestações de contas municipais em Mato Grosso, para servidores lotados na Secretaria Municipal de Finanças.

2.2 Visando o aperfeiçoamento na técnica, nos fundamentos legais e na prática, promovendo a capacitação de servidores na temática do curso que se pretende contratar, de modo a garantir um resultado sistematicamente eficiente para a instituição como um todo, bem como, a troca de experiências entre suas diversas unidades, com professor de notória especialização nos assuntos que serão abordados no referido seminário, conforme explanado nesse Estudo Técnico Preliminar.

3. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1 Justifica-se a presente contratação, devido à necessidade de capacitação e treinamento de servidores, objetivando potencializar os melhores resultados a serem alcançados com a presente iniciativa, especialmente nas notas explicativas e na análise das variações patrimoniais - muitas vezes resultando em relatórios que cumprem a burocracia, mas falham em comunicar a realidade da gestão, bem como levantar os elementos essenciais que servirão para compor este estudo técnico preliminar.

3.2 Com o objetivo de mitigar os riscos associados aos órgãos públicos, em conformidade com a legislação vigente, e assegurar uma gestão eficiente com a análise técnica de documentos contábeis como os balancetes, fornecendo informações para a tomada de decisões, a prestação de contas e a transparência, permitindo avaliar o desempenho e a gestão dos recursos públicos.

3.3 Ressaltando a importância da elaboração das notas explicativas que tem a função de complementar e explicar os dados apresentados nas demonstrações contábeis, oferecendo informações detalhadas e narrativas para facilitar a compreensão e a interpretação desses dados pelos gestores e usuários.

3.4 Ademais, os cursos e seminários de capacitação e aperfeiçoamento enfocam a gestão pública por meio de abordagem técnica e aplicada, além de toda a concepção teórica que orbita o tema. Os programas, as metodologias e os materiais didáticos são desenvolvidos abordando temas atuais e relacionados com o dia a dia da Administração Pública em âmbito contábil, a fim de que a aprendizagem seja aprofundada e permita a aferição prática dos conteúdos apresentados.

3.5 Outro assim, ao investir na capacitação de seus servidores, há uma valorização do seu quadro de pessoal, adequando as necessidades da Secretaria de Finanças aos dispositivos legais vigentes,



tendo em vista que o servidor, por ser um agente de transformação do município e a serviço da sociedade, deverá possuir a capacidade de atuar na diversidade devido ao seu compromisso com a ética e os princípios constitucionais, em concordância com a governança pública municipal que vem sendo aplicada a este órgão.

4. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

4.1 Essa contratação está prevista no Plano de Contratações Anual de 2026, conforme publicação no Diário Oficial dos Municípios (AMM).

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1 São obrigações da Administração Pública

- a) Emitir ordem de fornecimento e zelar para o bom cumprimento do objeto;
- b) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo fornecedor contratado, de acordo com este instrumento;
- c) Emitir ordem de fornecimento e zelar para o bom cumprimento do objeto;
- d) Receber o serviço no prazo e nas condições estabelecidas neste Estudo;
- e) Notificar a CONTRATADA de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos serviços;
- f) Efetuar o pagamento devido, nas condições estabelecidas neste Estudo;
- g) Fiscalizar a execução dos serviços prestados;
- h) Notificar a CONTRATADA, por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade;
- i) Aplicar as sanções administrativas pertinentes, em caso de inadimplemento;
- j) Caberá ao Município receber o serviço contratado, nos termos, prazos, quantidade, qualidade e condições estabelecidas neste Estudo.

5.2 São obrigações do fornecedor contratado:

- a) Cumprir todas as obrigações constantes neste instrumento, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
- b) Cumprir rigorosamente os termos do ajuste, ao qual se vincula totalmente, não sendo admitidas retificações ou cancelamentos, quer seja nos preços ou nas condições estabelecidas;
- c) Efetuar o serviço de acordo com o solicitado, bem como das normas constantes no estudo;
- d) Comunicar imediatamente e por escrito à Administração Municipal, por meio da fiscalização, qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências de regularizações se necessárias;
- e) Responder legal e financeiramente por todas as obrigações e compromissos contraídos com terceiros, para a execução deste contrato, bem como, pelos encargos trabalhistas, previdenciárias, fiscais, securitários, comerciais e outros afins, quaisquer que sejam as rubricas, a elas não se vinculando ao CONTRATANTE a qualquer título, nem mesmo sob o fundamento de solidariedade;
- f) Será responsável pelo fornecimento dos serviços dentro dos padrões adequados de qualidade e segurança e demais quesitos previstos na Lei 8078/90, assegurando todos os direitos inerentes à qualidade de consumidor ao Município;
- g) A contratada será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscal e comercial;
- h) Refazer os serviços em desacordo com as especificações constantes no pedido, sem ônus a Administração;
- i) Dispor-se a toda e qualquer fiscalização do Município de Campo Novo do Parecis, no tocante ao fornecimento do serviço, assim como ao cumprimento das obrigações previstas neste instrumento.

6. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES

6.1 Inscrição de 02(Dois) servidores no 1º SEMINÁRIO DE CONTABILIDADE PÚBLICA DA TEORIA À PRÁTICA NO FECHAMENTO DE BALANÇO, que será realizado nos dias 27 e 28 /01/2026, com certificação para os participantes ao final da capacitação.

Item	Código	Descrição e especificação	Unidade	Quantidade
1	55571	INSCRIÇÃO PARA CAPACITAÇÃO NO 1º SEMINÁRIO DE CONTABILIDADE PÚBLICA DA TEORIA À PRÁTICA NO	UN	02



		FECHAMENTO DE BALANÇO		
--	--	-----------------------	--	--

6.2 Segue abaixo a relação das servidoras que participarão do curso:

Nome	Cargo	Matrícula
Emerson de Lima Miranda	Contador	2849
Monique Alencar Caetano Altes	Diretora Det. Adm. Tributário Financeiro.	6166

7. LEVANTAMENTO DE MERCADO

7.1. Para capacitar os servidores, existem diversas alternativas, nesse contexto, a solução apontada para a contratação do serviço em questão surgiu com as seguintes opções:

- a) Solução 1:** Treinamento e capacitação na modalidade online;
- b) Solução 2:** Treinamento e capacitação na modalidade in company;
- c) Solução 3:** Treinamento e capacitação na modalidade presencial.

7.2 Solução 1: Apesar dos cursos online oferecerem acessibilidade e custos reduzidos, podem provocar sentimentos de isolamento e tédio, devido à falta de interação direta e da má qualidade do material didático. Além disso, problemas com conexão à internet e distrações durante a capacitação podem acarretar uma aprendizagem insatisfatória e incompleta. Portanto, considera-se uma opção inviável.

7.3 Solução 2: Trazer um professor para ministrar o curso na Prefeitura oferece expertise especializada e conveniência, mas pode ter custos elevados. Além do mais, a capacitação é voltada para os servidores que atuam no Orçamento e contabilidade, portanto não se torna viável contratar um profissional para treinamento in company, pois o curso não seria vantajoso para todos os servidores deste Órgão.

7.4 Solução 3: As capacitações presenciais permitem interação direta e foco local. Além disso, ter um treinamento presencial evita distrações e permite aos envolvidos compartilhar experiências, possibilitando a comparação com outras pessoas. Da mesma forma, é possível ter vivências práticas e em conjunto com os demais participantes, além do contato direto com o professor, o que facilita a abordagem de assuntos relevantes e esclarecimento de dúvidas, colaborando para uma aprendizagem mais significativa e eficaz.

7.5 Portanto, a contratação do objeto referenciado nesse estudo é considerada uma opção viável devido à vantajosidade e eficiência da solução no cenário atual, como uma demanda recorrente entre os órgãos públicos, em todas as suas esferas, verificando, assim, a ampla disponibilidade de empresas qualificadas para fornecer capacitação adequada, atendendo aos requisitos estabelecidos neste documento.

8. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

8.1. A solução proposta consiste na contratação de empresa especializada em serviço de treinamento e capacitação profissional no 1º SEMINÁRIO DE CONTABILIDADE PÚBLICA DA TEORIA À PRÁTICA NO FECHAMENTO DE BALANÇO, contemplando sistema organizacional e conteúdos programáticos a serem abordados no curso referenciado neste estudo, supramencionados abaixo:

- a)** Palestra 1: Além dos números: A autorresponsabilidade como chave para a valorização do contador público.
- b)** Palestra 2: A responsabilização dos contadores públicos perante os tribunais de contas: principais irregularidades e prevenção;
- c)** Palestra 3: Fundamentos da responsabilidade civil e criminal do contador público;
- d)** Palestra 4: Balanço orçamentário;
- e)** Palestra 5: Balanço financeiro e fluxo de caixa;
- f)** Painel 1: Gestão de fluxo de caixa e resultados orçamentários.;
- g)** Palestra 6: Balanço patrimonial;
- h)** Palestra 7: Demonstração das variações patrimoniais;
- i)** Palestra 8: Notas explicativas;
- j)** Painel 2: Evidenciação contábil e riscos de responsabilização;
- k)** Assembleia Geral da AMC;



8.2. Este seminário tem como objetivo capacitar os seus participantes da teoria à prática no fechamento de balanço. Público-alvo destina-se Servidores e profissionais que atuam nas áreas de: Contadores Públicos, Técnicos de Contabilidade, Secretários de Finanças, Controladores Internos e demais agentes públicos municipais.

9. JUSTIFICATIVAS PARA PARCELAMENTO

9.1 Não há elementos que justifique a divisão do serviço, haja vista que se trata de uma única contratação.

10. RAZÃO DA ESCOLHA DO CONTRATADO E DO VALOR

10.1 As contratações realizadas pelos órgãos e entidades da Administração Pública seguem obrigatoriamente um regime regulamentado por Lei, oriunda do dispositivo constitucional, previsto no artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal de 1988, o qual determinou que as obras, os serviços, compras e alienações devem ocorrer por meio de licitações, para tornar isonômica a participação de interessados em procedimentos que visam suprir as necessidades dos órgãos públicos acerca dos serviços a serem disponibilizados perante este órgão.

10.2 O objetivo da licitação, portanto, é contratar a proposta mais vantajosa, primando pelos princípios da legalidade, impessoalidade, igualdade, moralidade e publicidade. Licitar é a regra. Entretanto, há aquisições e contratações que possuem caracterizações específicas tornando impossíveis e/ou inviáveis as licitações nos trâmites usuais, tendo em vista a impossibilidade de se estabelecer a concorrência entre licitantes.

10.3 Nesse sentido, a Lei previu **exceções à regra de realização da licitação**, através de hipóteses de **Dispensas e Inexigibilidade de Licitação**. Trata-se de contratações realizadas sob a regência dos artigos 72 a 75 da Lei nº 14.133/2021.

10.4 O art. 74 da Lei nº 14.133/2021 elencou, em seus incisos, exemplos daquilo que caracteriza inviabilidade de competição, dentre eles, o contido no inciso III, o qual permite a contratação direta quando se tratar de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, a saber:

Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

(...)

III - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação;

(...)

f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;

10.5 No caso em tela, a inexigibilidade de licitação é necessária para contratação da empresa ATAME MT em parceria com a Associação Mato-grossense dos contadores públicos - AMCP, visando à participação de servidores no 1º Seminário de Contabilidade Pública.

10.6 O seminário será ministrado pelos renomados professores:

- Francisney Liberato Auditor do Tribunal de Contas de Mato Grosso. Escritor. Palestrante e Professor há mais de 25 anos. Coach e Mentor. Mestre em Educação. Doutor Honoris Causa. Graduado em Administração, Ciências Contábeis (CRC-MT), Direito (OAB-MT) e Economia. Membro da Academia Mundial de Letras
- Manoelina Maria Nunis Oliveira Santos Contadora. Advogada. Consultora em Gestão Pública. Professora do Projeto Especialista-Referência (Lei nº 14133/2021) do Professor Matheus Carvalho. Especialista em Licitações e Contratos Administrativos, pela Lei nº 14.133/21. Pós-graduada em Contratações Públicas e Procedimentos práticos na Lei 14.133/21. Pós-graduada Direito Administrativo e Administração Pública. Pós-graduada em Gerente de



Cidade. Pós-graduação em Auditoria, Controladoria e Finanças. Está atuando na Prefeitura Municipal de Rondonópolis desde 1994, e demais Municípios do Estado de MT, desde 1998, conhecimento prático de licitações. Experiência em Departamento de Compras, consultoria e assessoria na área orçamentária, contábil, administrativa, financeira e patrimonial em órgãos públicos. Orientação na prática a realizar os procedimentos licitatórios e Contratações diretas de acordo com a Lei nº 14.133/2021 e treinamentos.

- Douglas Ibarra Doutorando e Mestre em Direito pela Faculdade de Direito da USP. Especialista em Compliance e Integridade Corporativa pela PUCMinas, com MBA em Governança Pública pela Escola Brasileira de Direito - EBRADI. Professor dos Cursos de Graduação e Pós-Graduação da Faculdade de Direito da UFMT. Advogado.
- Moisés Maciel Doutor e Mestre Em Direito Constitucional (Função Social do Direito) pela Faculdade Autônoma de Direito (FADISP). Graduação em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e em Direito pela Faculdade de Direito de Cachoeira de Itapemirim (FDCI). Exerce o cargo vitalício de Conselheiro Substituto no Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso. Exerceu o mandato de Coordenador da Rede de Controle da Gestão Pública do Estado de Mato Grosso (2016) Foi professor titular da disciplina Direito Constitucional da Faculdade SMG - Santa Maria da Glória. É pesquisador da FAPEMAT (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Mato Grosso).
- Ângela Nascimento Contadora; Mestre e Especialista em Políticas Públicas pela Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT; Professora no Curso de Ciências Contábeis da Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT – Tangará da Serra/MT; Professora no MBA em Contabilidade Pública da Unyboss Capacitação e Treinamento Ltda. – Curitiba-PR; Consultora Contábil e de Gestão Pública; Instrutora de Cursos e Palestras na área contábil, fiscal e financeira aplicada ao setor público; atua há mais de 10 anos nas áreas Contabilidade Aplicada ao Setor Público; Planejamento Governamental, Gestão Fiscal e Financeira e Orçamento Público; Autora no Livro Políticas Públicas Regionais: experiências locais em Mato Grosso; Participação no Monitor O Boletim das Finanças Municipais: edição Nº 24 NOVEMBRO/DEZEMBRO 2023 e Nº 26 JULHO/AGOSTO 2024; Membro do Grupo de Pesquisa Cultura, Política e Sociedade - CNPq/UNEMAT; Membro do Observatório de Políticas Públicas de Mato Grosso - UFMT/MT.
- Ricardo Moreira de Oliveira Contador. Especialista em Auditoria Pública. Especialista em Gestão de Custos. Professor Universitário – UFR. Contador Municipal de Pedra Preta – MT.
- Eder Galiciani - Contador geral da Prefeitura de Cuiabá
- Isaías Lopes da Cunha - Conselheiro Substituto do TCE-M

Estima-se que o valor da contratação seja de R\$ 4.980,00, que corresponde ao valor de R\$ 2.490,00 por participante. Conforme demonstrado na pesquisa de preços e de acordo com as notas fiscais anexadas a este Estudo, o valor está dentro do praticado no mercado para soluções de mesma natureza, atendendo aos princípios da razoabilidade e economicidade.

11. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

11.1 A contratação do serviço de capacitação tem como finalidade proporcionar aos servidores deste Órgão o aperfeiçoamento técnico e prático na área de Análise de Balanços e Elaboração de Notas Explicativas e na análise das Variações Patrimoniais — muitas vezes resultando em relatórios que cumprem a burocracia, mas falham em comunicar a realidade da gestão.

11.2 O seminário possibilitará, ainda, a atualização contínua dos servidores quanto às normas legais, regulamentações e orientações emanadas pelos órgãos de controle e fiscalização, assegurando maior conformidade, qualidade e autenticidade das informações contábeis e orçamentárias elaboradas pela administração municipal.

11.3 Como resultado direto, espera-se a elevação do nível de eficiência da gestão orçamentária, com reflexos positivos na capacidade analítica para subsidiar a tomada de decisões estratégicas, na redução de inconsistências nos registros e na otimização dos processos internos relacionados à elaboração de demonstrativos e relatórios financeiros.

11.4 Adicionalmente, ao investir na qualificação permanente do corpo técnico, a Prefeitura reafirma seu compromisso institucional com a excelência administrativa, a transparência na aplicação dos



recursos públicos e a responsabilidade na condução dos atos de gestão, contribuindo para o fortalecimento da governança e para a consolidação de uma administração pública mais moderna, eficaz e alinhada às melhores práticas de controle e accountability.

11.5 Espera-se que a capacitação fortaleça a capacidade de elaboração de relatórios técnicos e pareceres contábeis, conferindo maior precisão e clareza às informações apresentadas aos órgãos de controle externo e à sociedade, contribuindo para a padronização dos procedimentos contábeis, facilitando a integração entre setores e reduzindo divergências de interpretação quanto às normas aplicáveis.

11.6 A iniciativa na melhoria da qualificação técnica tende a favorecer o desenvolvimento de competências gerenciais, estimulando a visão estratégica dos servidores e promovendo maior alinhamento das ações internas com os objetivos institucionais do Município, prevendo maior capacidade de resposta às auditorias e fiscalizações, reduzindo riscos de apontamentos e assegurando conformidade com os princípios da legalidade, economicidade e eficiência.

12. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

12.1 O município já realizou contratações anteriores similares ao objeto deste Estudo, conforme a Inexigibilidade de Licitação 012/2024.

13. IMPACTOS AMBIENTAIS

13.1 O objeto em análise, não gera impactos ambientais diretos relevantes, por se tratar de atividade de caráter intelectual e administrativo.

13.2 Eventuais impactos ambientais indiretos podem decorrer do consumo de energia elétrica, do uso eventual de materiais impressos e do deslocamento dos participantes, os quais apresentam natureza pontual e de baixa significância, podendo-se adotar as seguintes medidas para amenizar esses possíveis impactos:

- a) Priorização de materiais didáticos em meio digital, reduzindo a necessidade de impressão;
- b) Utilização de papel reciclado ou certificado, caso sejam indispensáveis apostilas, certificados ou outros documentos físicos;
- c) Incentivo à modalidade remota ou híbrida, quando viável, minimizando deslocamentos e emissões veiculares;
- d) Promoção do uso racional de recursos, como energia elétrica e água, nos locais de realização do curso.

13.3 Diante do exposto, conclui-se que a contratação do curso apresenta impacto ambiental irrelevante ou desprezível, plenamente mitigável mediante práticas simples de sustentabilidade, não comprometendo o equilíbrio ambiental nem a conformidade com a legislação vigente.

14. VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

14.1 A viabilidade da presente contratação justifica-se, uma vez que a solução mostrou-se vantajosa para a Administração Pública e demais razões já apresentadas neste Estudo Técnico Preliminar. Além disso, o estudo se faz necessário para obtenção de conhecimento e, consequentemente, para que haja melhoria contínua na prestação do serviço público, sempre em observância aos princípios da Administração Pública, sobretudo aqueles previstos art. 37, caput, da CRFB/88.

14.2 A presente contratação justifica-se também, uma vez que a solução apontada atende às necessidades da Secretaria Municipal de Finanças e está adequada a legislação ao mercado, visto que as condições favorecem o fornecimento do objeto conforme demonstrado no levantamento de mercado.

Campo Novo do Parecis, 05 Janeiro de 2026.

Valéria Rozette Vicente Gomes

Responsável pela elaboração do ETP

Odila Cecília Roberto

Secretária de Finanças



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: A100-1F9A-12B2-BD3D

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



VALERIA ROZETTE VICENTE GOMES (CPF 775.XXX.XXX-44) em 21/01/2026 10:05:05 GMT-04:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



ODILA CECILIA ROBERTO (CPF 270.XXX.XXX-87) em 21/01/2026 10:16:21 GMT-04:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Esta versão de verificação foi gerada em 21/01/2026 às 11:16 e assinada digitalmente pela 1Doc para garantir sua autenticidade e inviolabilidade com o documento que foi assinado pelas partes através da plataforma 1Doc, que poderá ser conferido por meio do seguinte link:

<https://camponovodoparecis.1doc.com.br/verificacao/A100-1F9A-12B2-BD3D>